

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado ?????

S. Bento, 7 de novembro de 2019

Assunto: Audição do Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução,
Dr. Pedro Xavier

O tempo de espera para acesso e início de procedimentos de procriação medicamente assistida é muito elevado. Elevado demais para quem muitas vezes está numa luta contra o tempo para poder iniciar os ciclos no SNS.

Uma das causas para esse elevado tempo de espera é a falta de gâmetas, tanto espermatozoides como ovócitos, nos centros públicos e no Banco Público de Gâmetas. Há mulheres que esperam mais de 2 anos para poder aceder à procriação medicamente assistida.

No sentido de aumentar o número de dádivas e dessa forma encurtar o tempo de espera para PMA, lançam-se muitas vezes campanhas de sensibilização e de incentivo à dádiva. Foi isso que a Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução (SPMR) fez em março passado com a campanha 'Dá vida à esperança'.

Segundo o Presidente da SPMR, registou-se efetivamente um aumento do número de dadores que se dirigiram aos centros, mas os centros públicos recusaram dadores por falta de capacidade para recolha e armazenamento.

Esta situação é incompreensível. Num país onde há uma falta gritante de gâmetas, onde essa falta leva a tempos de espera de mais de dois anos, podendo até impossibilitar o acesso a técnicas de PMA, não se compreende que se recusem dadores e dádivas. Não faz sentido nenhum.

Ainda segundo o Presidente da SPMR, em 2018 foram feitas 895 doações de ovócitos, mas apenas 4% destas aconteceram no banco público. É uma situação que deve ser invertida de forma urgente. O SNS é que deve ser a resposta principal e não a resposta residual. Se assim não for estar-se-á a impedir o acesso a técnicas de PMA e criar-se-ão condições para que os centros privados tentem comercializar dádivas, vendendo-as ao SNS. Nem uma situação nem outra são aceitáveis.

É importante que se percebam quais foram as limitações dos centros e banco público de gâmetas que justificaram a estranha recusa de dadores e de dádivas que são essenciais. É importante perceber também a forma de ultrapassar essas limitações para fazer com que a resposta pública e o SNS possam dar a resposta às necessidades das mulheres e casais que necessitam de recorrer a técnicas de PMA.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução, Dr. Pedro Xavier.

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Moisés Ferreira